"Brasil e Zopacas: A manutenção do *status quo* e a projeção no Atlântico Sul"

Murilo Gomes da Costa[1]

Analisamos neste artigo os interesses brasileiros no Atlântico Sul, em especial sua participação na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). O trabalho usa, como recorte temporal, os últimos cinco anos, período em que é possível observar que a cooperação entre os Estados do Sul é cada vez mais recorrente. O método utilizado na pesquisa centra-se na investigação de documentos que tratam da Defesa Nacional, tais como o Livro Branco de Defesa (LBDN), a Estratégia Nacional de Defesa (END) e a Política Nacional de Defesa (PND) e na análise de discurso do Ministério das Relações Exteriores acerca da ZOPACAS e do Atlântico Sul. Torna-se possível, neste estudo, a compreensão de que o Brasil deixa clara a sua projeção na região, buscando, como principal ator, manter o *status quo* regional através de uma "supremacia compartilhada". Em síntese, com esse estudo, busca-se mostrar como se torna ainda mais evidente que temas da Defesa Nacional passem a se aliar, de uma forma cada vez mais correlata, à Política Externa Brasileira.

Palavras-chave: Zopacas; Política Externa; Defesa; Atlântico Sul; Brasil;

1.Introdução

A ZOPACAS foi criada na época da Guerra Fria, dentro do discurso em prol do movimento dos não-alinhados, como uma resposta à bipolaridade que marcou o período. Hoje, ela está presente no discurso do Ministério das Relações Exteriores do Brasil em um outro contexto, no qual é evidente o interesse brasileiro na projeção de poder. Ademais, em se tratando de uma zona acerca da região específica do Atlântico Sul, a ZOPACAS acaba tangenciando, também, as recentes políticas de Defesa Nacional, que o Brasil começou a delinear a partir da criação do Ministério da Defesa, no ano de 1999

Nos últimos cinco anos, vem sendo possível notar que o Brasil passou a entrelaçar seu discurso político no âmbito das relações exteriores e no âmbito da defesa com o objetivo de manter o "status quo" no âmbito regional e hemisferial. Dessa forma, o objeto central da pesquisa, concentra-se no histórico de atuação do Brasil no âmbito do hemisfério Sul, por meio da proposta da ZOPACAS.

Na segunda seção do trabalho será apresentado um breve preâmbulo histórico da região do Alântico

[1] Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal Fluminense (UFF) < murilogomes@id.uff.br >

Sul, que facilitará a compreensão do porquê chegou-se à criação da ZOPACAS e, pois, ressaltar-se-á a forma pela qual a zona foi criada e os objetivos desse projeto brasileiro, que vinga até hoje.

No tocante à terceira seção, será demonstrada a forma pela qual o Brasil deixa transparecer a sua projeção ao Atlântico Sul, tendo-se em vista que os objetivos da Política Exterior brasileira pautam-se na manutenção da soberania e integridade territorial, na contribuição para estabilidade regional e inserção internacional, que orienta-se por uma dupla ação: o viés da Diplomacia e o da Defesa.

O viés diplomático almeja impulsionar a cooperação com os Estados africanos, principalmente por meio do intercâmbio comercial e cultural, com ênfase para a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e pela retomada de discussões em torno da ZOPACAS. No âmbito da Defesa, as ações da Marinha, principalmente, consistem no emprego de mecanismos que possibilitem a "negação do uso do mar"[2] às ameaças externas, o controle das áreas marítimas e na própria projeção do poder naval.

Por último, na quarta seção, expor-se-ão as mais recentes ações brasileiras no tocante ao estímulo à cooperação técnica, econômica e militar para com os países africanos lindeiros ao Atlântico Sul. Com esse desfecho, então, busca-se demonstrar a aproximação cada vez mais recorrente entre a política externa e a política de defesa do Brasil.

2. ZOPACAS: História e Desenvolvimento

A ZOPACAS foi criada pela declaração, que ficou registrada como a "resolução 41/11" da Assembleia Geral das Nações Unidas[3], no ano de 1986. A proposta brasileira de criação de uma zona de paz e cooperação foi "o marco mais nítido do esforço de definir um regime de coordenação política, que norteou a estratégia brasileira. Foi, em suma, a materialização da herança atlântico-africana e que resultou na sua afirmação como código operacional de todos os países-membro desta Zona" (Penha 2011). Integram a iniciativa, além do Brasil, os demais países banhados pelo Atlântico Sul, desde os "vizinhos" sulamericanos (Argentina e Uruguai), quanto aos da África (África do Sul, Angola, Benin, Cabo Verde, Cameroun, Congo, Côte d'Ivoire, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa e Togo).

[2] Segundo a END: "**Negar o uso do** mar à qualquer concentração de forças inimigas que se aproxime do Brasil por via marítima. A negação do uso do mar ao inimigo é a que organiza, antes de atendidos quaisquer outros objetivos estratégicos, a estratégia de defesa marítima do Brasil. Essa prioridade tem implicações para a reconfiguração das forças navais."

[3] A iniciativa brasileira obteve voto favorável de 120 países, com votos contrários somente dos EUA e Bélgica, França, Itália, Japão, Luxemburgo, Holanda, Portugal e Alemanha se isentaram de votar.

Para compreender as razões pelas quais criou-se a ZOPACAS, torna-se imprescindível uma rápida retomada histórica à época da Guerra Fria. O Atlântico Sul, nesse tal contexto, tinha um papel marginalizado, no tocante às geoestratégias das potências ocidentais. A principal importância dessa região oceânica era a de uma rota marítima, principalmente, no que tange o transporte do petróleo, que era controlado pelas potências ocidentais (Penha, 2010). Nesse sentido, a fim de se garantir esse dado controle

> " (...) alguns mecanismos militares foram implementados: o TIAR – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca – entre os Estados Unidos e os países da América do Sul (1947) e o "Acordo de Simonstown", estabelecido entre a África do Sul e a Grã-Bretanha (1955-1975). Também, nesse contexto, menciona-se a iniciativa, por parte da Argentina e da África do Sul (e apoiada formalmente pelos Estados Unidos nos anos 80), de constituição de um sistema de segurança regional integrado, consubstanciado na OTAS — Organização do Tratado do Atlântico Sul (...) " (PENHA, 2010).

A OTAS funcionaria "aos moldes da aliança militar liderada por Estados Unidos e Europa Ocidental no Atlântico Norte[4]. A proposta, inicialmente levantada pela África do Sul, foi recusada pelo Brasil, que se opunha à militarização do Atlântico Sul." (José 2011). A tentativa de criação da OTAS se deu principalmente pela dita "ameaça" comunista que poderia instaurar-se na região do Atlântico Sul, já que a URSS passava a influir cada vez mais no continente africano, principalmente com os movimentos de independência[5]. Em diversas ex-colônias

> "os comunistas tomaram o poder, dada à sua identificação com o anticapitalismo e, portanto, com o antiimperialismo, particularmente em países que se formaram a partir da vitória de uma insurreição popular organizada e mantida tenazmente à base da guerrilha, como na Indochina, em **Moçambique** e em **Angola**"(Marques, 2006, grifo meu)

Diante disso, a proposta da OTAS pautou-se na dita "ameaça soviética", justificada, também, pela sua expansão marítima na região da África Austral, onde se formou um "bloco de estados" , que tinha governos pró-marxistas. (Dodds, 1994).

Já na década de 80, o presidente do Brasil, José Sarney, em visita oficial a Cabo Verde, Moçambique e Angola, entendeu que seria importante garantir a presença brasileira no Atlântico Sul, principalmente por meio do apoio político ao continente africano, a fim de criar uma região pautada na

[4] A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)
[5] "As rupturas coloniais que não tardaram, aconteceram de duas formas básicas: a partir de lutas populares anticolonialistas ou acordos que evitavam os traumas da violência e garantiam algum tipo de vínculo com a ex-metrópole, exemplo muito visto nas colônias britânicas. Para Chaliand, a "(...) África ao sul do Saara, no essencial, exceção feita às colônias portuguesas (...), acede à independência por volta de 1960 sem disparar um tiro sequer. (...) a este processo, pode-se legitimamente empregar o termo descolonização". (Marques, 2006)

cooperação e paz, mesmo à revelia dos EUA (JOSÉ, 2011). O Itamaraty logo passou a investir em políticas de cooperação e planejar políticas e iniciativas regionais que facilitassem a relações para com os países africanos.

No que diz respeito à questão nuclear, a proposta da eliminação destas armas e a pesquisa de tal tecnologia sempre esteve em pauta na criação da ZOPACAS. A região do Atlântico Sul se comprometeu, por meio de tratados, a fazer da área uma zona que não produzisse ou armazenasse armas nucleares. Assim, todos os membros assinaram em 1995 o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP). Todavia, os Estados pertencentes à zona de paz e cooperação, a partir de 2007, tiveram o direito de desenvolver pesquisas, produção e utilização com fins pacíficos da energia nuclear[6]. Isso se deve ao fato do distanciamento do pensamento sobre o perigo que pairava na Guerra Fria, e demonstra os interesses desses Estados em aprimorar essa tecnologia para fins pacíficos (DE SOUZA, 2007).

3. A Projeção Brasileira no Atlântico Sul

Analisando a importância do Atlântico Sul na formulação estratégica brasileira, o Brasil possui, na vertente atlântica, uma ampla gama de interesses que integram a dimensão do exercício da soberania nas fronteiras marítimas. Dentre os principais objetivos brasileiros no Atlântico Sul destacam-se: a manutenção da integridade do patrimônio nacional que inclui, além do mar territorial e patrimonial, as águas, solo e subsolo da plataforma continental; a garantia de livre-trânsito para o comércio exterior brasileiro; e a exploração das potencialidades econômicas, que inclui recursos naturais e intercâmbio comercial; projeção que garanta a vigilância sobre as linhas de comunicação marítima que dão acesso ao território brasileiro (COUTO, 1999).

Sendo o Brasil o país com um dos mais extensos litorais do mundo, tem-se, então, um interesse especial no tocante à paz e à segurança do Atlântico Sul. Este

> " (...) é geoestratégico para o sistema internacional desde que a América foi descoberta. Durante a Segunda Guerra Mundial sua importância se deu pelas rotas marítimas e aéreas que abasteciam os Aliados em bases militares na África e na Europa. Na Guerra Fria, consolidou-se esta ideia, à medida que os soviéticos exerciam influência e presença na África. Segundo os geopolíticos e estrategistas brasileiros, das décadas de 1960 e 1970, quando os inimigos invadissem o Atlântico sul-africano, para chegar ao da América do Sul não teriam maiores dificuldades. De acordo com estes estudiosos, civis e militares, resguardar os interesses brasileiros no Atlântico Sul justificaria

[6] O Brasil, por exemplo, já possui um incrível programa de enriquecimento de Urânio, e está próximo de dominar o ciclo completo, de produção de energia nuclear e confecção de reatores.

> o prolongamento da soberania brasileira para 200 milhas marítimas e o desenvolvimento autônomo de navios e submarinos convencionais e nucleares." (Corrêa, 2013).

Pela análise do Livro Branco da Defesa Nacional (LBDN), torna-se possível a compreensão do Atlântico Sul como um "ambiente estratégico". Esse oceano possui áreas estratégicas relevantes como a "Garganta Atlântica", entre a costa do nordeste brasileiro e a África ocidental, além de um espaço intercontinental de vital importância para o comércio mundial. As passagens ao sul, que ligam o Atlântico ao Pacífico têm suma importância, pelo fato de tornarem-se substitutas ao canal do Panamá. A rota do cabo da Boa Esperança, unindo o Oceano Índico ao Atlântico Sul, finda por substituir alternativamente o de Suez, além de ser o acesso marítimo mais simples à própria Antártica. Por fim, outro ponto de crucial relevância para o Brasil é o fato de boa parte do petróleo que o Brasil importa advir de países que situam-se na faixa equatorial do Atlântico. Ainda no livro Branco, é curioso destacar que:

> "O Atlântico Sul tem identidade histórica e características estratégicas próprias. A resolução no 41/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas conclama os estados militarmente significativos de outras regiões a não introduzirem armamentos nucleares ou outros armamentos de destruição em massa no Atlântico Sul. Sua presença militar nesse oceano deve ser reduzida e, futuramente, eliminada. Conflitos e rivalidades estranhos ao Atlântico Sul não devem ser projetados sobre eles por estados situados em outras regiões. Ao renovar seu envolvimento com esses preceitos multilaterais, o Brasil deseja contribuir, de forma responsável e em colaboração com seus parceiros da ZOPACAS, para o aproveitamento do potencial de desenvolvimento socioeconômico da região do Atlântico Sul". (Ministério da Defesa, 2012)

3.1 A inserção brasileira pelo viés diplomático

No tocante à Política Externa, nota-se que nos últimos cinco anos, o discurso do Ministério das Relações Exteriores (MRE) brasileiro, principalmente nas conferências e encontros com os países do entorno do Atlântico Sul, denotam o destaque à paz e cooperação no âmbito de tal região. Em janeiro, na reunião da ZOPACAS em Montevidéu, o chanceler brasileiro Antônio Patriota ressaltou alguns pontos interessantes, como o fato de a iniciativa não ser excludente, já que há a expectativa legítima de contar com o apoio da comunidade internacional, assim como com a cooperação de todos os países a fim de obter o fortalecimento da entidade, em todos os seus aspectos, desde os temas relativos à paz e ao desarmamento até as questões ligadas à cooperação e ao desenvolvimento econômico. Outro ponto de destaque é que o Brasil desenvolverá um programa de cursos de capacitação técnica e profissional, que serão voltados aos nacionais dos países-membros. Esses cursos possuirão o mérito de permitir ampla troca de experiências e boas práticas em áreas de interesse mútuo, reafirmando, assim um "espírito" de

solidariedade e parceria. (Itamaraty, 2013). Convém ressaltar que no âmbito internacional, os países já atuam em conjunto por meio de declarações e acordos diplomáticos. Na mesma reunião citada anteriormente, aprovou-se uma declaração acerca da situação na República Democrática do Congo. No corpo do texto, nota-se como os países da zona preocupam-se em mostrar um posicionamento firme, sob a égide dos princípios fixados na carta da ONU. Na declaração, afirma-se:

> "Nós recomendamos fortemente o compromisso com os Membros da Zona, em resguardar e promover os princípios e objetivos da Carta das Nações Unidas em favor da paz e da segurança. Nós reafirmamos o papel fundamental da diplomacia, a fim de prevenir conflitos, assim como na manutenção e consolidação da paz e segurança no mundo. Nós expressamos nossa preocupação com a situação que afeta da República democrática do Congo, e condenamos os ataques e violações promovidos pelo M23[7] (…) Nós afirmamos e expressamos nossa solidariedade com a República Democrática do Congo (RDC) e clamamos à comunidade internacional, para que aumentar seus esforços para cooperar com a RDC, ao lidar co eficazmente com as raízes dos problemas e ameaças da paz e segurança na região dos grandes lagos." (MRE 2013)[8]

3.2 Projeção ao Atlântico Sul pelo viés da Defesa

O intento de projetar-se para o Atlântico Sul sustenta-se principalmente no fato do Brasil possuir uma das mais equipadas marinhas da região do Atlântico Sul, principalmente, por ter um extenso território marítimo. O Atlântico Sul, como já citado, possui uma relevância econômica, social e militar, que comparavelmente, só a Amazônia Brasileira tem. Dessa forma, na Estratégia Nacional de Defesa, no que tange ao setor marítimo, os principais pontos ressaltados como objetivos da Marinha são a **negação do uso do mar**, **o controle de áreas marítimas** e a **projeção de poder**.

Os projetos estratégicos da Marinha demonstram que as recomendações da END já começam a tomar um rumo (e muitos projetos já estão finalizados, ou sendo encaminhados). Dentre os principais projetos destacam-se o "**Programa Nuclear da Marinha (PNM)**", a construção do "**Núcleo do Poder Naval**", e o "**Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul**"[9] (SisGAAz).

[7] O "Movimento 23 de Março" é um grupo para-militar que atua no Leste do Congo of the Congo (DRC)
[8] Tradução Livre
[9] "Amazônia Azul" é um programa de iniciativa da Marinha brasileira, que almeja contribuir para o desenvolvimento da cultura e mentalidade marítima brasileira, divulgando a importância do mar para o País; "Dentre os principais objetivos estão: Ampliar, em todos os níveis, a divulgação do conceito "Amazônia Azul", com foco em suas vertentes econômica, ambiental, científica e da soberania, enfatizando os aspectos de natureza política e legal; No que tange às vertentes econômica, ambiental e científica, incrementar a divulgação dos programas científicos que possibilitam atividades de pesquisa e posterior exploração das capacidades minerais da "Amazônia Azul", bem como da importância quanto ao aproveitamento sustentável dos Recursos do Mar, incluindo seu solo e subsolo". (Marinha 2010)

O Programa Nuclear da Marinha, iniciado em 1979, divide-se em dois maiores projetos: o domínio do "Ciclo do Combustível Nuclear" e o "Laboratório de Geração Núclero-Elétrica" (Labgene). O Brasil já domina todo o ciclo de produção do combustível nuclear, usando material nacional. Ademais, a Marinha inaugurou, no início de 2012, a Unidade Piloto Hexafluoreto de Urâneo (Usexa), que é a última etapa para o domínio pleno desse ciclo. Esse Laboratório possui o propósito de desenvolver a capacidade tecnológica para o projeto, construção, operação e manutenção do reator nuclear do tipo PWR (*Pressurizes Water Reactor*), que será empregado na propulsão do primeiro submarino Nuclear (SN-BR) a ser construído no Brasil. Esse programa concederá ao Brasil a capacidade para operação de plantas núcleo-elétricas de tecnologia nacional. A energia poderá ser usada tanto nos fins civis-urbanos, quanto na propulsão de meios navais.

Em relação ao Núcleo do Poder Naval, este almeja modernizar e ampliar a capacidade operacional da Marinha brasileira. O plano, inicialmente elaborado pela END, se estrutura na aquisição e distribuição de material, navios e instalações. Esse Núcleo é formado por programas que tem o propósito de expandir e modernizar a Força Naval. Dentre eles está o desenvolvimento de submarinos convencionais e, também, os de propulsão nuclear (Prosub), além da construção de um estaleiro de base naval. Ademais, está prevista a construção de uma Navio-Aeródromo (Pronae), do Navio-Anfíbio (Pronag), de "meios de Superfície (Prosuper) e a produção de navios-patrulha de 500 toneladas, além das corvetas Classe Barroso. Além disso, já foi criada a "Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas" (Ufem), que integra uma parte do processo do ProSub. A previsão é que o primeiro Submarino nuclear fique pronto em 2017. A relevância de um submarino com propulsão nuclear reside no fato dele permitir uma maior proteção da costa brasileira, já que ele consegue um maior sucesso na "negação do uso do mar", pelo fato de ter um tempo de submersão muito prolongado, pelo fato de usar a energia nuclear. A Marinha do Brasil também enseja o lado social, que será trabalhado em paralelo à construção da Base Naval de Itaguaí, no Rio de Janeiro. Esses programas estimularão a formação de mão-de-obra local qualificada, além de estimular a produção da economia local.

É importante relevar também, que o nosso ambiente geoestratégico é deveras complexo. No entorno litorâneo brasileiro, por exemplo, há um cordão de ilhas de posse do Reino Unido, com destaque para a ilha de Ascensão, que serve, há algumas décadas, de base para as operações militares dos Estados Unidos e do Reino Unido no Atlântico Sul, na América do Sul e na África. Veja o infográfico abaixo:

Por fim, o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz) se configura num conjunto de sistemas que tem como objetivo ampliar a capacidade de monitoramento e controle das águas jurisdicionais e das regiões de busca e salvamento sob responsabilidade do Brasil. A "Amazônia Azul" consiste numa área de aproximadamente 4,5 milhões de quilômetros, correspondente, em tamanho, à Amazônia terrestre (Ministério da Defesa, 2013). Esse projeto utiliza-se de satélites, radares e equipamentos de sensoriamento submarino, a fim de monitorar o mar territorial brasileiro. Tal estrutura comporá uma rede de informação e de apoio à decisão. A importância estratégica do SisGAAz se dá no fato dela atender as diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa, já que ela se dá sob a égide do trinômio "monitoramento/controle", "mobilidade" e "presença". Ou seja, sob esse aspecto, o sistema aumenta a capacidade de resposta aos eventos que representam uma ameaça para a vida humana, segurança, economia e meio ambiente. Os possíveis benefícios desse sistema seriam advindos do fato dele empregar civis e militares, além de ser útil no combate às novas ameaças, tal qual o tráfico ilegal de entorpecentes e na própria possibilidade de operação com outros sistemas, como o Sistema de Vigilância de Fronteiras

(Sisfron) e o Sistema de Defesa Aérea Brasileira (SDAB). No infográfico abaixo, é possível compreender o funcionamento integrado desse sistema:

4. Ações brasileiras de estímulo à cooperação

Tendo em vista essa notável preponderância dada às relações para com os países banhados pelo Atlântico Sul, principalmente com os africanos, faz-se necessário entender quais ações brasileiras vem sendo tomadas para que haja não só o estímulo, mas a cooperação factível. Previamente às ações, recorre-se a Joveta José:

> "Praticamente a metade dos recursos destinados pelo Brasil à cooperação técnica destina-se atualmente aos PALOP[10] e a Timor-leste, o que torna a parceria com esses países exemplo do paradigma da cooperação Sul-Sul. Essas "vantagens comparativas" do Brasil como prestador de cooperação técnica aos PALOP têm levado doadores tradicionais a manifestarem vivo interesse em projetos de triangulação[11] com o Brasil nesses países" (JOSÉ, 2011)

[10] Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

[11] A China é o maior exemplo. Segundo o alto funcionário do Departamento da América Latina e Caribe do Ministério das Relações Exteriores da China, em uma entrevista exclusiva à Xinhua: "nos atuais marcos do mecanismo de negociações entre a China e o Brasil sobre assuntos relacionados com a África e do Fórum para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países da Língua Portuguesa (Macau), a China e o Brasil podem conversar sobre como promover a cooperação trilateral com a África de forma tranquila e segura. "O programa sino-brasileiro do Satélite de Recursos Terrestres ofereceu

No tocante à cooperação técnica "sul-sul" brasileira, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) interage constantemente com as mais de 70 instituições brasileiras envolvidas com projetos, bem como com as Embaixadas do Brasil, que servem de canais de comunicação com os Governos locais. Atualmente a ABC executa projetos em 81 países. Ainda que as demandas por cooperação centrem-se na agricultura, saúde, educação e formação profissional, o portfólio de projetos da ABC na África contempla diversas outras áreas, tais como o governo eletrônico, a administração pública, o meio ambiente, a tecnologia da informação, o artesanato, o empreendedorismo, prevenção de acidentes de trabalho, o desenvolvimento urbano, o saneamento básico, os biocombustíveis, o transporte aéreo, o comércio exterior, a cultura, os direitos humanos, os esportes, dentre outras ações (ITAMARATY, 2013).

No âmbito das Relações Brasil-África, nota-se a aproximação cada vez maior no âmbito diplomático e militar, nas relações dos países que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)[12]:

> "A CPLP tem abrigado um número cada vez maior de projetos de cooperação técnica dos quais o Brasil é parte doadora, e que envolvem diversas áreas como saúde, agronomia, educação e qualificação profissional, administração pública e telecomunicações, entre outros. Segundo dados fornecidos pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), órgão responsável pela negociação, coordenação e implementação de projetos brasileiros de cooperação técnica, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde são beneficiários de 74% dos recursos destinados pelo governo brasileiroà cooperação com os países africanos. (LEMGRUBER, 2010)

Em 2009 foi aprovada a "Estratégia da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa para os Oceanos", que trata de várias questões relativas ao mar, sendo que algumas estão diretamente relacionadas às atividades das Marinhas e Guardas Costeiras, tais quais a proteção do meio ambiente marinho; ordenamento do espaço marítimo; extensão da plataforma continental; pesca; atividades portuárias; transportes; construção naval; e segurança e vigilância marítima. Particularmente, destaca-se no citado documento, o item "segurança e vigilância marítima" que estabelece, como objetivo essencial, a interligação de sistemas de controle, de acompanhamento e de informação. Com a finalidade de promover a luta contra a pesca ilegal, o tráfico de seres humanos, o contrabando, o tráfico de estupefacientes; e o

imagens e dados aos países africanos, o que é um bom exemplo de cooperação trilateral e trouxe um bom efeito econômico-social. Podemos aproveitar o modelo como referência e conversar sobre mais projetos de cooperação"

[12] Integrada por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, a CPLP foi estabelecida em julho de 1996, na I Conferência de Chefes de Estado e de Governo dos Países de Língua Portuguesa, em Lisboa ("Cimeira Constitutiva"). Na sequência de sua independência, em 2002, Timor-Leste tornou-se o oitavo Estado Membro da Comunidade.

combate contra o crime organizado em geral, para os quais é necessário procurar soluções em conjunto. A partilha de informações e dados, nesse contexto, revela-se de crucial importância (NETO, 2013).

Retomando a própria ZOPACAS, pode-se dizer que ela também se tornou um meio para legitimar as pesquisas científico-militares dos países integrantes, para a própria modernização de seus aparatos de defesa. O Brasil tem buscado, assim, o fomento da alta tecnologia nos aparatos de defesa e segurança, e, paralelamente, tem ajudado os países vizinhos e, principalmente, os países lindeiros da África. Durante a "VII Reunião Ministerial da Zopacas", o ministro da Defesa do Brasil, Celso Amorim, destacou a relevância das iniciativas bilaterais e multilaterais na área de defesa no contexto da Zona: "Se nós não nos ocuparmos da paz e segurança no Atlântico Sul, outros vão se ocupar. E não da maneira que nós desejamos: com a visão de países em desenvolvimento que repudiam qualquer atitude colonial.

Em janeiro de 2013, o Brasil anunciou que auxiliará Angola a estruturar sua indústria de defesa a fim de reduzir a dependência externa das Forças Armadas do país africano em relação à aquisição de equipamentos militares. A medida é um dos principais resultados da visita oficial, que foi realizada pela comitiva brasileira, chefiada pelo ministro Celso Amorim. (Ministério da Defesa, 2013)

Convém ressaltar que as mais recentes ações de cooperação ocorreram em abril de 2013, quando o Brasil firmou alguns acordos com países vizinhos e, também, com países africanos. Durante a "LAAD Defence & Security"[13], um dos acordos de cooperação militar ficou entre Brasil e Senegal. No documento havia o informe de que iniciar-se-ão negociações visando futuras aquisições dos equipamentos, assim como as "negociações bilaterais voltadas à elaboração de um programa de qualificação profissional para oficiais e praças da Marinha do Senegal". (Ministério da Defesa, 2013). O acordo diz também que a qualificação será para os componentes de cada embarcação, como também do pessoal para a manutenção dos referidos meios. O documento, inclusive, define os representantes do Brasil e do Senegal para acompanhar os desdobramentos da aquisição dos navios.

Considerações Finais

Diante do exposto, compreende-se que o Brasil valoriza o espaço comum propiciado pelo Atlântico Sul pelo grande potencial que encerra para o desenvolvimento sócio-econômico dos países costeiros, a ser alcançado por meio da cooperação entre os Estados-Membros. Busca, da mesma forma,

[13] A LAAD é a maior feira Internacional de Defesa e Segurança, que reúne expositores de todos os países, além de acolher reuniões de acordos na área de defesa e segurança.

sua consolidação como zona de paz e cooperação, livre de armas nucleares ou de quaisquer armas de destruição em massa. Para tal, o caminho a ser seguido parece tomar uma forma cada vez mais consistente. O Brasil possui uma vantagem que poucos países tem, que é o fato de ter suas "fronteiras terrestres pacíficas", devido à sua boa relação com os Estados vizinhos, além de possuir uma economia que despontou de forma exponencial, configurando-se em uma verdadeira potência econômica. As políticas diplomáticas e de defesa demonstram a maturidade do pensamento estratégico dos representantes brasileiro. Todavia, um papel fundamental ainda precisa ser exercido. Os estudos de Defesa Nacional e a relevância de tal, tanto para fins civis, como militares, necessitam ser passados desde a educação básica, para que o Brasil, do menor para o maior âmbito, possa pensar estrategicamente. Isso porque, olhando para o nosso vasto litoral, é notável que

> "O Brasil dispõe de uma verdadeira 'Amazônia Azul', em relação à qual, sem dúvida, exerce direitos, mas tem também obrigações de conhecê-la e explorá-la economicamente, de forma racional e sustentável. Consequentemente, as riquezas incalculáveis desse espaço marinho sob jurisdição nacional exigem também um Poder Naval capaz de protegê-las." (Carvalho 2010)

Em síntese, a partir de tudo que aqui foi apresentado, e por meio de toda a pesquisa feita, foi possível compreender como o Brasil consegue alcançar um pragmatismo cada vez mais sofisticado, em que se torna factível a união das políticas diplomáticas, com as políticas de defesa, possibilitando, então, a construção de um país que pense num todo, unindo as partes.

Referências Bibliográficas

ALENCASTRE, Amilcar. O Brasil, a África e o Atlântico Sul. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Paralelo: 1980

BRASIL. DECRETO Nº 7.438, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011. Livro Branco de Defesa Nacional. Ministério da Defesa: Brasília

BRASIL. Decreto n. 6. 703 de 18 de dezembro de 2008. Estratégia Nacional de Defesa. Paz e Segurança para o Brasil. Ministério da Defesa: Brasília.

BRASIL. Decreto Nº 5.484 de 30 de julho de 2005. Política de Defesa Nacional. Brasília, 2005.

CARVALHO, Roberto de Guimarães. Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira, Marinha do Brasil. Disponível em: <http://www.mar.mil.br/dhn/dhn/quadros/ass_leplac.html>. 2010

CEPEN – Centro de Estudos de Políticas e Estratégias Nacionais. A Importância do Atlântico Sul. Disponível em: <http://geopolitica-energia.blogspot.com/2009/12/importancia-do-atlantico-sul.html> - Acesso em: 12 abr. 2011

CORRÊA, Fernanda. "Atlântico Sul: e se não for um projeto político só da ZOPACAS?". Defesanet ", 5 de Fevereiro http://www.defesanet.com.br/geopolitica/noticia/9566/Defesa-em-Debate---Atlantico-Sul--e-se-nao-for-um-projeto-politico-so-da-ZOPACAS-

COUTO, J. A. Cunha. A quem interessa a desmilitarização do Atlântico Sul? Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro, n. 119, 1999.

CRIONLINE. China. "China e Brasil visam promover crescimento junto com a África "<http://portuguese.cri.cn/561/2013/03/25/1s164417.htm> Acesso em: 27 de março de 2013.

DE SOUZA, Isabela Glaucía. O Estigma da energia nuclear na defesa nacional: a ZPCAS e a Declaração de Luanda de 2007.

DODDS, Klaus. "Geógrafos del Atlántico Sur: el pensamiento geopolítico argentino y la política del tratado del Atlántico Sur (OTAS)". In: Geopolítica. Buenos Aires, El Ateneo, nº 52, ano XX, 1994 (30:41); e nº 53, ano XX, 1995

GONÇALVES, Jonuel (org.) – São Paulo: Editora UNESP; Salvador, BA: EDUNEB, 2009

ITAMARATY. 2013 Declaração sobre a situação na República Democrática do Congo aprovada na VII Reunião Ministerial da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). Brasília. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-sobre-a-situacao-na-republica-democratica-do-congo-aprovada-na-vii-reuniao-ministerial-da-zona-de-paz-e-cooperacao-do-atlantico-sul-zopacas/?searchterm=zopacas

ITAMARATY. "Participação do Ministro Antonio de Aguiar Patriota na VII Reunião Ministerial da ZOPACAS". 2013. Brasília. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/participacao-do-ministro-das-relacoes-exteriores-antonio-de-aguiar-patriota-na-vii-reuniao-ministerial-da-zona-de-paz-e-cooperacao-do-atlantico-sul-2013-montevideu-14-a-16-de-janeiro-de-2013/?searchterm=ZOPACAS

ITAMARATY. "Cooperação técnica". Brasília, 2013. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/temas/cooperacao-tecnica/

LEMGRUBER, Silvia. A política africana do Brasil, a cooperação sul-sul e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Revista "Observador On-Line". Rio de Janeiro. 2010.

MARQUES, Mauro Luiz Barbosa. Os reflexos da Guerra Fria no continente africano. Revista "Duplipensar". Brasil. 2006

MINISTÉRIO DA DEFESA. Brasília. "Brasil ajudará Angola a estruturar sua defesa".<http://www.defesa.gov.br/index.php/ultimas-noticias/8597-22-02-2013-defesa-brasil-ajudara-angola-a-estruturar-sua-industria-de-defesa> Acesso em 07 de abril de 2013

NETO, Julio Soares de Moura. Diálogo e cooperação: maturidade nas relações entre as Marinhas e Guardas Costeiras da CPLP. Disponível em: Marinha em Revista. Brasília. 2013

JOSÉ, Joveta. A política Externa de Angola: Novos Regionalismos e Relaçoes Bilaterais e com o Brasil. Dissertação de Doutorado. Defendida no Programa de Pós-Graduação de Ciência Política da UFRGS, 2011.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Brasília. "Amorim propõe ações para fortalecer cooperação em defesa entre países da Zopacas" <https://www.defesa.gov.br/index.php/ultimas-noticias/8573-16-01-2012-defesa-amorim-propoe-acoes-para-fortalecer-cooperacao-em-defesa-entre-paises-da-zopacas> Acesso em : 20 março de 2013

JORNAL DIGITAL. Brasil. "VII Reunião Ministerial da ZOPACAS aprova resolução sobre a Guiné-Bissau" <http://jornaldigital.com/noticias.php?noticia=34512> Acesso em: 28 de março de 2013.

PENHA, Eli Alves. Os sistemas de Segurança Regional no Atlântico Sul: da Guerra Fria ao período atual. Revista Ideias em Destaque, Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica.

PENHA, Eli Alves. Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul. Salvador: EUFBA, 2011.

Marinha do Brasil. <http://www.mar.mil.br/menu_v/amazonia_azul/html/programa.html> Acesso em: 10 de março de 2013

SISTEMA DE ARMAS Brasil. "Negação de Poder - O Papel dos Submarinos"< http://sistemasdearmas.com.br/nav/modmbnegacao.html> Acesso em 05 de abril de 2013.

UNITED NATIONS. "Declaration of a zone of peace and co-operation in the South Atlantic". <http://www.un.org/documents/ga/res/41/a41r011.htm> Acesso em: 13 de março de 2013